REOC
REVISTA DE ESTUDOS EM ORGANIZAÇÕES E CONTROLADORIA
ISSN 2763-9673 QUALIS/CAPES B4
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
GUARAPUAVA / IRATI - PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS - SESA/I
UNICENTRO PARANÁ

GEOPARQUE PRUDENTÓPOLIS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE BASEADA NA TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*[1]

PRUDENTÓPOLIS GEOPARK AS A STRATEGY FOR SUSTAINABLE TERRITORIAL DEVELOPMENT: AN ANALYSIS BASED ON STAKEHOLDER THEORY

GELSON MENON
Universidade Federal do Centro-Oeste (UNICENTRO)
E-mail: karinacolarites@gmail.com

RONALDO FERREIRA MAGANHOTTO
Universidade Federal do Centro-Oeste (UNICENTRO)
E-mail: karinacolarites@gmail.com

SÍLVIO ROBERTO STÉFANI
Universidade Federal do Centro-Oeste (UNICENTRO)
E-mail: karinacolarites@gmail.com

MARINÊS TAFFAREL
Universidade Federal do Centro-Oeste (UNICENTRO)
E-mail: karinacolarites@gmail.com

RESUMO
Os geoparques configuram-se como territórios inovadores para articular conservação ambiental, valorização cultural, turismo sustentável e desenvolvimento territorial. Alinhados à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constituem plataformas estratégicas para a experimentação de práticas locais de sustentabilidade e governança multissetorial. Este artigo tem como objetivo analisar, a partir das experiências de geoparques consolidados, como a articulação entre *stakeholders*, práticas de geoturismo e as dimensões do desenvolvimento sustentável podem contribuir para a efetivação do Projeto Geoparque Prudentópolis. A pesquisa adota abordagem qualitativa, utilizando a estratégia de estudo de casos múltiplos, envolvendo o Geopark Araripe, o Geoparque Caçapava e o Projeto de Geoparque Prudentópolis. As técnicas incluem entrevistas semiestruturadas com *stakeholders*, observações de campo e análise documental, sistematizadas por meio de análise de conteúdo categorial. Os resultados evidenciam que Araripe apresenta estrutura institucional consolidada e integração entre ciência, comunidade e poder público; Caçapava destaca-se pela mobilização comunitária e valorização cultural; e Prudentópolis reúne potencial geoturístico e cultural relevante, mas demanda fortalecimento institucional, governança participativa e integração intersetorial. Conclui-se que os geoparques funcionam como plataformas de desenvolvimento sustentável territorial, desde que apoiados em arranjos institucionais sólidos, participação social qualificada e planejamento articulado com os ODS, apontando caminhos estratégicos para a consolidação do Projeto Geoparque Prudentópolis.

[1] DOI: https://doi.org/10.5935/2763-9673.20260001

Palavras-chave: Geoparques; Geoturismo; *Stakeholders*; Desenvolvimento Sustentável; ODS.

ABSTRACT
Geoparks are innovative territories that articulate environmental conservation, cultural appreciation, sustainable tourism, and territorial development. Aligned with the 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals (SDG), they constitute strategic platforms for experimenting with local sustainability practices and multisectoral governance. Based on the experiences of established geoparks, this article aims to analyze how the articulation between stakeholders, geotourism practices, and the dimensions of sustainable development can contribute to the implementation of the Prudentópolis Geopark Project. The research adopts a qualitative approach, using a multiple case study strategy, involving the Araripe Geopark, the Caçapava Geopark, and the Prudentópolis Geopark Project. Techniques include semi-structured interviews with stakeholders, field observations, and document analysis, systematized through categorical content analysis. The results show that Araripe has a consolidated institutional structure and integration between science, community, and government; Caçapava stands out for its community mobilization and cultural appreciation; and Prudentópolis has significant geotourism and cultural potential, but requires institutional strengthening, participatory governance, and intersectoral integration. The conclusion is that geoparks function as platforms for sustainable territorial development, provided they are supported by solid institutional arrangements, qualified social participation, and planning aligned with the SDGs, highlighting strategic paths for the consolidation of the Prudentópolis Geopark Project.

Keywords: Geoparks; Geotourism; Stakeholders; Sustainable Development; SDGs.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o debate sobre desenvolvimento territorial sustentável tem se intensificado, destacando a importância de integrar conservação ambiental, valorização cultural, inclusão social e dinamização econômica em escala local. Nesse cenário, os Geoparques Globais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) se configuram como instrumentos inovadores de gestão, ao combinar proteção do patrimônio geológico com educação, turismo sustentável e governança multissetorial (Brilha, 2018; Henriques; Brilha, 2017; Unesco, 2023). Ao articular ciência, cultura e sociedade, esses territórios assumem papel estratégico na implementação dos ODS da Agenda 2030, promovendo ações territorializadas de sustentabilidade.

Apesar do avanço das discussões sobre geoparques e seu potencial como instrumentos de desenvolvimento sustentável, a literatura ainda apresenta lacunas importantes, especialmente no que se refere à compreensão integrada de como a articulação entre *stakeholders*, as práticas de geoturismo e as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável se materializam em contextos territoriais distintos, sobretudo em iniciativas em fase de implementação.

De modo geral, os estudos concentram-se em análises descritivas de casos consolidados ou em abordagens setoriais, sem explorar de forma comparativa e sistêmica os processos de governança, as dinâmicas de participação social e sua relação com a efetivação dos princípios da Agenda 2030 em territórios emergentes. Além disso, o estudo contribui para a área de Organizações ao analisar estruturas de governança e coordenação multissetorial em contextos territoriais complexos, bem como para a Controladoria, ao evidenciar a necessidade de indicadores, monitoramento e avaliação como suporte à gestão estratégica de iniciativas de desenvolvimento sustentável.

Adicionalmente, observa-se uma escassez de estudos que utilizem simultaneamente a Teoria dos *Stakeholders* e as dimensões do desenvolvimento sustentável de Sachs (2008) como lentes analíticas para interpretar experiências de geoparques em diferentes estágios de maturidade. Essa lacuna limita a compreensão sobre quais elementos institucionais, sociais e territoriais são determinantes para a consolidação dessas iniciativas, bem como sobre a

transferibilidade de aprendizados entre territórios consolidados e projetos em fase inicial.

Diante desse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: Como a articulação entre *stakeholders*, as práticas de geoturismo e as dimensões do desenvolvimento sustentável contribuem para a efetivação de projetos de geoparques em diferentes estágios de maturidade institucional?

A partir dessa questão, o objetivo deste artigo é analisar, de forma comparativa, como a articulação entre *stakeholders*, práticas de geoturismo e as dimensões do desenvolvimento sustentável podem contribuir para a efetivação do Projeto Geoparque Prudentópolis/PR, tomando como referência as experiências do Geopark Araripe e do Geoparque Caçapava.

Para alcançar esse objetivo, o artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução: a segunda apresenta o referencial teórico; a terceira descreve a metodologia; a quarta discute os resultados organizados por território e análise comparativa; e a quinta traz as considerações finais, destacando contribuições e recomendações estratégicas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, articulam-se as abordagens sobre desenvolvimento sustentável, fundamentadas nas dimensões de Sachs (2008) e na Agenda 2030 (ONU, 2015), complementadas pela Teoria dos *Stakeholders* (Freeman, 1984; Freeman; Elms, 2023), que permite compreender a governança participativa e multissetorial.

2.1. Desenvolvimento Sustentável e Geoturismo: Fundamentos Teóricos

A compreensão do desenvolvimento passou, ao longo das últimas décadas, por um processo de transformação conceitual significativo. Se, em um primeiro momento, esteve fortemente associado ao crescimento econômico e à modernização produtiva, a partir das críticas aos modelos excludentes e ambientalmente degradantes das décadas de 1960 e 1970, consolidou-se progressivamente uma visão multidimensional, que integra aspectos sociais, culturais, ecológicos e territoriais (Buarque, 1999; Sachs, 2008; Santos, 2002).

O conceito de desenvolvimento local e territorial destaca-se nesse contexto como um processo endógeno, participativo e enraizado nas especificidades socioculturais de cada território, valorizando os saberes locais, a capacidade de mobilização comunitária e a governança multissetorial (França; Vaz; Silva, 2002; Santos, 2002).

Entre as contribuições teóricas centrais para essa abordagem destaca-se o modelo de Sachs (2008), que organiza o desenvolvimento sustentável em sete dimensões interdependentes: social, econômica, ecológica/ambiental, territorial, cultural, política/institucional e educacional (transversal); oferecendo uma leitura sistêmica que articula múltiplas escalas e domínios da realidade. A dimensão educacional atua como eixo estruturante ao disseminar conhecimento, fortalecer valores coletivos e qualificar comunidades para a gestão responsável dos recursos e do território (Vieira *et al*., 2018; Silva, 2021).

Essa perspectiva dialoga diretamente com a proposta dos Geoparques, promovida pela UNESCO desde o início dos anos 2000. Os Geoparques Globais da UNESCO são definidos como territórios com patrimônio geológico de relevância internacional que integram estratégias de conservação, educação e desenvolvimento sustentável (Henriques; Brilha, 2017; Brilha, 2018). Ao articular ciência, educação e turismo, esses territórios tornam-se plataformas de desenvolvimento territorial sustentável, promovendo a valorização do patrimônio natural e cultural, o fortalecimento das identidades locais e a dinamização econômica (Rosado-González *et al*., 2023).

No Brasil, a estratégia dos geoparques ganhou destaque com a criação do Geopark Araripe, no Ceará (CE), reconhecido em 2006 como o primeiro das Américas (Geopark Araripe, 2025), seguido por novas iniciativas em diferentes estágios de maturidade, como o Geoparque Caçapava no Rio Grande do Sul (RS) e o Projeto de Geoparque no município de Prudentópolis no Paraná (PR). Esses territórios têm desempenhado papel relevante na articulação entre políticas de conservação, turismo e desenvolvimento local, atuando como espaços de experimentação das agendas globais em contextos locais (Menon, 2025).

Nesse contexto, o geoturismo desempenha um papel estratégico ao ir além de uma modalidade turística especializada, configurando-se como instrumento de

educação, valorização patrimonial e promoção de práticas sustentáveis (Moreira, 2014; Soares, 2019). Ao integrar experiências turísticas à interpretação do patrimônio geológico, favorece a apropriação social do território, gera oportunidades econômicas locais e promove relações mais conscientes com os recursos naturais e culturais. Essa abordagem converge com os ODS da Agenda 2030 da ONU (2015), que destacam políticas integradas voltadas à erradicação da pobreza, conservação ambiental, educação de qualidade, trabalho decente, redução das desigualdades e fortalecimento de parcerias multissetoriais.

A interface entre geoturismo, dimensões do desenvolvimento sustentável e ODS constitui, assim, uma base teórica sólida para analisar os geoparques enquanto instrumentos de transformação territorial. Ao mesmo tempo em que os ODS oferecem um marco normativo internacional, as dimensões de Sachs (2008) permitem interpretar criticamente a realidade local e as práticas dos *stakeholders*, possibilitando avaliar em que medida os geoparques contribuem, ou não, para processos de desenvolvimento inclusivos, duradouros e enraizados no território.

2.2. Teoria dos *Stakeholders* e Governança em Territórios de Geoparques

Formulada por Freeman (1984), a Teoria dos *Stakeholders* constitui um referencial central para compreender a articulação entre atores sociais, instituições e organizações em processos de gestão compartilhada. Ao ampliar o foco da gestão para além dos interesses dos acionistas, reconhecendo a pluralidade de grupos envolvidos, Freeman (1984) inaugura uma perspectiva de responsabilidade estratégica perante múltiplos públicos. Posteriormente, Freeman e Elms (2023) aprofundam essa abordagem ao enfatizar a deliberação ética e o engajamento colaborativo na construção de soluções sustentáveis para desafios complexos.

No contexto dos geoparques, a Teoria dos *Stakeholders* fornece um instrumental analítico sólido para compreender a governança multissetorial e participativa desses territórios (Menon, 2025). A gestão depende do envolvimento ativo de diversos grupos, poder público em diferentes esferas, universidades, setor privado, comunidades locais, sociedade civil e organismos internacionais, que formam redes de colaboração territorial (França; Vaz; Silva, 2002; Buarque, 1999).

Nessa perspectiva, os *stakeholders* são coprodutores de estratégias que moldam a identidade e a sustentabilidade dos geoparques, e a governança territorial eficaz depende da articulação desses atores em torno de visões compartilhadas e mecanismos transparentes de participação (Santos, 2002; Buarque, 1999). Tal articulação requer o reconhecimento de interesses diversos e a criação de espaços institucionais de diálogo e negociação, conforme recomenda a UNESCO, ao defender estruturas participativas que integrem saberes científicos, técnicos e tradicionais (Henriques; Brilha, 2017; Brilha, 2018).

A aplicação da Teoria dos *Stakeholders* permite identificar atores-chave, formas de participação, percepções e expectativas, além de avaliar níveis de cooperação ou conflito, fornecendo subsídios para compreender avanços e desafios na consolidação dos geoparques. Nos casos dos geoparques Araripe, Caçapava e Projeto de Geoparque Prudentópolis, a análise evidencia distintos graus de institucionalização, engajamento comunitário e integração intersetorial, confirmando a governança como fator fundamental para o sucesso ou fragilidades dessas iniciativas (Menon, 2025).

Ao ser articulada às dimensões do desenvolvimento sustentável de Sachs (2008), a Teoria dos *Stakeholders* permite um olhar integrado sobre governança, participação e sustentabilidade. Se, por um lado, as dimensões de Sachs (2008) fornecem os eixos analíticos para avaliar o alcance e os limites das práticas territoriais, por outro, a teoria de Freeman (1984) oferece o instrumental para identificar quem são os atores e como se organizam para implementar essas práticas. Essa integração conceitual é particularmente relevante em contextos emergentes, onde os desafios institucionais, políticos e sociais podem dificultar a consolidação de modelos participativos de gestão territorial.

Os geoparques podem ser entendidos não apenas como instrumentos técnicos de conservação e promoção turística, mas como territórios de negociação social, nos quais múltiplos interesses e saberes se encontram para construir projetos de futuro compartilhados (Menon, 2025). A Teoria dos *Stakeholders*, portanto, assume um papel central na análise crítica das experiências estudadas, fornecendo subsídios para identificar condições institucionais e arranjos

colaborativos que fortalecem a governança territorial e a efetividade dos geoparques enquanto instrumentos de desenvolvimento sustentável.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, descritiva e analítica, fundamentada na Teoria dos *Stakeholders* (Freeman, 1984) e nas Dimensões do Desenvolvimento Sustentável de Sachs (2008), permitindo compreender de forma sistêmica as interações entre atores sociais, práticas geoturísticas e ODS nos territórios de geoparques. A estratégia metodológica baseia-se em estudos de casos múltiplos, envolvendo o Geopark Araripe (CE), o Geoparque Caçapava (RS) e o Projeto de Geoparque Prudentópolis (PR). A seleção desses casos reflete diferentes estágios de maturidade institucional e territorial, possibilitando análises comparativas de trajetórias, práticas e desafios.

A coleta de dados envolveu três técnicas complementares: (a) entrevistas semiestruturadas com *stakeholders* estratégicos, organizadas em cinco blocos temáticos sobre gestão, participação social, práticas turísticas e contribuições ao desenvolvimento sustentável; (b) observações de campo em geossítios e instituições vinculadas aos geoparques, com registros em diário de campo; e (c) análise documental de materiais institucionais, relatórios técnicos e normativas da UNESCO e de políticas públicas locais.

Ao todo, foram entrevistados 22 *stakeholders*, 5 do Geopark Araripe, 6 do Geoparque Caçapava e 11 do Projeto Prudentópolis, selecionados por representatividade institucional e territorial, envolvimento direto e disponibilidade. As entrevistas, presenciais ou remotas, tiveram duração média de 50 minutos e seguiram formato semiestruturado, equilibrando comparabilidade e liberdade de expressão (Minayo; Deslandes; Gomes, 2016).

A análise dos dados foi conduzida com base na análise de conteúdo categorial (Bardin, 2016), estruturada a partir de um quadro de categorias analíticas derivado dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico adotado. As categorias contemplaram: (1) implementação e gestão; (2) percepções dos *stakeholders*; (3) atividades turísticas; (4) contribuições às dimensões de desenvolvimento sustentável de Sachs (2008); e (5) conexões com os Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável. A técnica de triangulação metodológica (Triviños, 1987; Flick, 2009) foi empregada para confrontar os dados provenientes das entrevistas, observações e documentos, assegurando consistência analítica e validade interna.

As dimensões de Sachs (2008) foram utilizadas como eixos interpretativos para avaliar práticas de geoturismo e governança territorial, enquanto os ODS orientaram a análise como diretriz normativa internacional. A Teoria dos *Stakeholders* embasou a identificação e análise do papel de atores públicos, privados, comunitários e acadêmicos na implementação e gestão dos geoparques.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção aborda os territórios dos Geoparques Araripe e Caçapava, além do Projeto de Geoparque Prudentópolis, apresentando também uma análise comparativa e uma síntese integrativa dessas experiências.

4.1 Geopark Araripe

Localizado na região do Cariri cearense e abrangendo seis municípios (Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Nova Olinda, Santana do Cariri e Missão Velha), o Geopark Araripe foi reconhecido em 2006 como o primeiro geoparque das Américas certificado pela UNESCO, tornando-se referência nacional (Geopark Araripe, 2025). Sua estrutura baseia-se em uma governança multissetorial que articula universidades, poder público, comunidades e organizações parceiras em prol da conservação, educação e desenvolvimento sustentável. A implementação ocorreu de forma orgânica e participativa, com a Universidade Regional do Cariri (URCA) atuando como elo articulador entre ciência, cultura e identidade regional.

A governança do Geopark Araripe baseia-se em modelos de gestão compartilhada que envolvem prefeituras, proprietários, instituições técnicas, organizações comunitárias e o terceiro setor, alinhando-se à dimensão político-institucional de Sachs (2008) por valorizar estruturas participativas e integradas. A gestão cotidiana é conduzida por uma equipe técnica sediada em Crato, responsável por coordenação, comunicação e planejamento, com a URCA liderando decisões colegiadas que asseguram continuidade institucional. Contudo, persistem desafios relacionados à rotatividade política e ao fortalecimento da

participação comunitária, uma vez que a presença formal em conselhos nem sempre implica engajamento efetivo.

Além da estrutura institucional consolidada, a integração entre geoeducação, geoturismo e conservação ambiental destaca-se como eixo estratégico do desenvolvimento territorial. A educação exerce papel transversal por meio de programas escolares e ações de sensibilização ambiental que envolvem redes municipais e estaduais, com visitas a geossítios, oficinas e atividades em centros interpretativos. O Centro de Interpretação Ambiental (CIEA) fortalece o pertencimento territorial desde a infância, enquanto a Fundação Casa Grande, em Nova Olinda, atua com crianças e adolescentes em contraturno escolar, promovendo educação patrimonial, arte, cultura e cidadania.

O território abriga 11 geossítios, com destaque para a Colina do Horto, o Mirante do Caldas e o Pontal da Santa Cruz, que possuem infraestrutura consolidada para visitação, sinalização e interpretação geológica. A atividade turística é predominantemente geoturística, com trilhas interpretativas, visitas guiadas e programas educativos. O turismo religioso, histórico e cultural complementa a oferta, resultando em uma combinação singular de experiências. A presença do aeroporto em Juazeiro do Norte, único dentro de um geoparque brasileiro, favorece o acesso e amplia a escala de visitação.

A profissionalização do turismo foi uma prioridade no Geopark Araripe: a primeira geração de guias foi formada pelo próprio geoparque e, posteriormente, implantaram-se cursos técnicos e superiores em turismo, consolidando o território como espaço de aprendizagem aplicada. Ações digitais em plataformas como YouTube e Instagram ampliam a divulgação e o alcance das estratégias educativas e turísticas.

No campo ambiental, destacam-se iniciativas de recuperação de áreas degradadas, sinalização de trilhas, delimitação de áreas sensíveis e ações educativas, com destaque para o Geossítio Batateiras (Crato), onde memória indígena e educação ambiental se articulam em trilhas ecológicas e núcleos interpretativos. A cooperação entre URCA, secretarias de meio ambiente e educação reforça a dimensão ecológica/ambiental de Sachs (2008), evidenciando

a convergência entre ciência, comunidade e políticas públicas na proteção do patrimônio geológico.

Essas práticas repercutem diretamente nas dimensões do desenvolvimento sustentável propostas por Sachs (2008). Socialmente, fortalecem pertencimento, autoestima e inclusão de comunidades antes marginalizadas; economicamente, dinamizam cadeias produtivas locais, profissionalizam guias, valorizam o artesanato e os geoprodutos, articulando cultura e economia solidária; culturalmente, promovem mestres da cultura e museus comunitários, como o Memorial do Homem Kariri, ressignificando a memória coletiva; institucionalmente, consolidam uma estrutura técnica e participativa, embora com desafios orçamentários e políticos; territorialmente, integram seis municípios distintos, utilizando os geossítios como elementos de conexão física e simbólica.

As ações e projetos do geoparque dialogam diretamente com a Agenda 2030 da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente em educação de qualidade (ODS 4), trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), redução das desigualdades (ODS 10), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), consumo e produção responsáveis (ODS 12) e vida terrestre (ODS 15). Desde 2019, uma das metas estratégicas do Geoparque tem sido disseminar os ODS junto a parceiros locais, promovendo selos ambientais e práticas empresariais alinhadas ao Pacto Global.

O Geopark Araripe em síntese, configura-se como um território educativo e geoturístico consolidado, cuja estrutura institucional robusta e integração entre ciência, cultura e comunidade o posicionam como referência nacional em gestão territorial sustentável. Ao mesmo tempo, os desafios de ampliação da participação comunitária, continuidade política e fortalecimento da infraestrutura demandam atenção para garantir a perenidade e a expansão dos resultados alcançados.

4.2 Geoparque Caçapava

Reconhecido pela UNESCO em 2023, o Geoparque Caçapava localiza-se na região central do Rio Grande do Sul, no município de Caçapava do Sul, abrangendo 2.700 km² e sendo conhecido como a “capital da geodiversidade”. O território apresenta identidade geológica singular e elevado potencial para o

desenvolvimento geoturístico e sustentável, com formações rochosas de grande relevância científica, paisagística e simbólica, ligadas à história da mineração e à cultura gaúcha. A identidade territorial é um dos traços mais marcantes do geoparque, com a paisagem geológica incorporada ao imaginário e à cultura local, refletida em símbolos municipais, festas tradicionais e práticas cotidianas.

O Geoparque Caçapava reúne 22 geossítios com diversidade temática, incluindo formações geológicas singulares, como a Pedra do Segredo e as Pedras das Guaritas, áreas paleontológicas, antigos ambientes marinhos e locais de relevância histórica e cultural. Esses elementos fortalecem o pertencimento comunitário e a valorização do território, segundo entrevistados e documentos institucionais. A Pedra das Guaritas destaca-se como ícone paisagístico e turístico, enquanto a Pedra do Segredo combina valor geológico e simbólico, sendo referência identitária local. Ambos concentram grande parte do fluxo turístico, atraindo visitantes regionais e nacionais interessados em ecoturismo, turismo de aventura e interpretação ambiental.

Apesar do potencial, o Geoparque Caçapava enfrenta desafios em governança e infraestrutura. Sua estrutura institucional está em consolidação, com forte dependência de lideranças acadêmicas e do apoio técnico da UNIPAMPA e da UFSM, responsáveis por inventários geológicos, planos de manejo e divulgação científica. A participação do poder público municipal tem sido instável, afetada por mudanças de gestão e restrições orçamentárias, comprometendo a continuidade das ações. Além disso, a articulação com a comunidade local ainda é limitada, demandando maior diálogo e fortalecimento de instâncias participativas.

A infraestrutura turística do Geoparque Caçapava é limitada, com geossítios de difícil acesso, carência de sinalização e equipamentos de apoio, rede hoteleira e gastronômica reduzida e ausência de um centro de visitantes, o que compromete a interpretação geológica e ambiental. Essas fragilidades contrastam com o alto valor paisagístico e científico do território, indicando a necessidade de investimentos coordenados em infraestrutura, conservação e uso turístico.

Apesar dos desafios, há uma mobilização crescente de atores acadêmicos, culturais e comunitários, como artesãs, escolas, associações e empreendedores, em ações de valorização patrimonial, geoprodutos e educação, refletindo as

dimensões cultural e social do desenvolvimento sustentável de Sachs (2008). Para que o geoparque se consolide como instrumento de desenvolvimento territorial, será essencial fortalecer a governança multissetorial, ampliar a infraestrutura e profissionalizar a gestão turística.

As ações do Geoparque Caçapava articulam-se com múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável de Sachs (2008). Na dimensão ambiental, destacam-se inventários, mapeamentos e delimitação de áreas sensíveis; na cultural, a valorização de práticas tradicionais e símbolos identitários; na econômica, o turismo surge como vetor promissor, embora ainda incipiente; na institucional, persistem fragilidades de articulação governamental e participação comunitária; e, territorialmente, os geossítios estruturam o espaço ao integrar conservação, turismo e memória coletiva.

Quanto à Agenda 2030 da ONU, o geoparque contribui para diversos ODS: 1 (erradicação da pobreza), 4 (educação de qualidade) e 5 (igualdade de gênero), por meio de capacitações e protagonismo feminino; 8 (trabalho decente) e 12 (consumo e produção responsáveis), com iniciativas de turismo sustentável e geoprodutos; 10 (redução das desigualdades) e 18 (igualdade étnico-racial), ao valorizar grupos historicamente marginalizados; 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 15 (vida terrestre), pela conservação e ordenamento territorial; e 17 (parcerias), pela formação de redes multissetoriais.

O Geoparque Caçapava, em síntese, possui forte identidade territorial e alto potencial geoturístico, sustentado por um patrimônio natural e cultural relevante. Contudo, desafios relacionados à governança, infraestrutura e participação social ainda impedem sua consolidação plena como instrumento de desenvolvimento sustentável. A experiência evidencia que, além do reconhecimento internacional, é essencial investir em arranjos institucionais estáveis e participativos, no fortalecimento da infraestrutura turística e na integração entre ciência, poder público e comunidade para garantir sua efetividade a longo prazo.

4.3 Projeto de Geoparque Prudentópolis

Posicionado na mesorregião sudeste do Paraná, Prudentópolis destaca-se por sua rica geodiversidade e patrimônio cultural. O território reúne formações da

Bacia do Paraná, quedas d'água como os Saltos São João e São Francisco, paleotocas, afloramentos fossilíferos e paisagens de vales e campos com remanescentes de Floresta com Araucárias, configurando um espaço de alto valor científico, educativo e turístico. A forte herança ucraniana marca a identidade cultural local, expressa na arquitetura religiosa, festas, gastronomia, artesanato e uso do idioma, integrando patrimônio natural e cultural e reforçando a vocação para o geoturismo e a educação patrimonial.

Apesar das potencialidades, a proposta do Geoparque Prudentópolis está em estágio inicial de articulação institucional. A Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), órgãos estaduais, o Instituto Água e Terra (IAT) e setores municipais participam do processo, porém não há plano de gestão consolidado, equipe técnica dedicada ou estrutura formal de governança. A participação comunitária é pontual e fragmentada, revelando fragilidades político-institucionais e riscos de descontinuidade diante de mudanças administrativas.

No campo do turismo, observa-se um movimento consolidado em torno dos atrativos naturais e religiosos, com destaque para os grandes saltos, igrejas bizantinas e festas culturais. No entanto, as atividades ainda ocorrem de forma desarticulada em relação aos princípios do geoturismo, carecendo de roteirização interpretativa, sinalização adequada e estratégias educativas integradas. A limitação da infraestrutura de recepção e de um centro de visitantes, fragiliza o uso pedagógico e turístico do patrimônio geológico.

As entrevistas com *stakeholders* indicam expectativas positivas em relação ao reconhecimento internacional e ao potencial econômico e simbólico da proposta, especialmente por meio da valorização de produtos locais, do turismo sustentável e do fortalecimento da identidade territorial. Por outro lado, evidenciam preocupações com a falta de comunicação territorial, a resistência de setores produtivos e a baixa institucionalização da participação social, fatores que dificultam a construção de uma governança ampla e estável.

O Projeto de Geoparque Prudentópolis possui elevado potencial, mas requer avanços estruturantes para se consolidar, como o fortalecimento da governança multissetorial, a elaboração de um plano de gestão participativo, a

integração entre geodiversidade, cultura e turismo comunitário, além da ampliação dos mecanismos de comunicação e engajamento social.

Suas ações iniciais dialogam com várias dimensões do desenvolvimento sustentável: a geodiversidade e o patrimônio cultural sustentam as dimensões ambiental, territorial e cultural (Sachs, 2008), enquanto as universidades têm papel central na dimensão educacional por meio de pesquisas e extensão. Em relação às dimensões institucional e econômica, estas permanecem frágeis, em razão da ausência de coordenação e de fontes de financiamento estáveis.

Em relação à Agenda 2030 da ONU, o Projeto de Geoparque Prudentópolis apresenta conexões potenciais e práticas emergentes com diversos ODS, articulando conservação ambiental, valorização cultural e geração de renda. Destacam-se os ODS 4, com ações educativas e trilhas interpretativas; ODS 6, 13 e 15, em iniciativas de proteção de nascentes e geossítios; ODS 8 e 12, no fortalecimento de cadeias produtivas locais e criação de geoprodutos; e ODS 10, 11 e 18, ao valorizar saberes tradicionais e diversidade cultural. Há ainda vínculos com os ODS 9 e 16, em propostas de infraestrutura e instrumentos jurídicos, e com o ODS 17, nas articulações institucionais. A consolidação dessas conexões depende do fortalecimento das políticas públicas, da institucionalização das práticas e de uma governança colaborativa.

O Projeto de Geoparque Prudentópolis configura-se como um território com elevado potencial para o desenvolvimento sustentável, combinando atributos geológicos e culturais de expressiva relevância com uma articulação institucional ainda incipiente. O desafio central consiste em transformar expectativas em estruturas de governança participativa, políticas públicas e estratégias turísticas integradas, capazes de alinhar práticas locais aos compromissos globais.

4.4 Análise Comparativa e Síntese Integrativa

A análise comparativa dos três territórios, Geopark Araripe, Geoparque Caçapava e Projeto de Geoparque Prudentópolis, evidencia diferentes estágios de institucionalização, governança e articulação territorial. Esses elementos permitem compreender, de forma mais precisa, como os geoparques se configuram como plataformas de desenvolvimento sustentável.

O Geopark Araripe se destaca como um modelo consolidado, com plano de gestão estável, forte integração entre universidades, poder público e comunidades locais, infraestrutura turística estruturada e articulação consistente com os ODS. O Geoparque Caçapava, recém-certificado, evidencia mobilização comunitária, identidade territorial forte e criatividade institucional, apesar de enfrentar limitações em infraestrutura e institucionalização formal. Por sua vez, o Projeto de Geoparque Prudentópolis apresenta potencial geoturístico e cultural expressivo, base acadêmica sólida e ações pontuais em andamento, mas carece de governança consolidada, planejamento territorial integrado e mecanismos de participação social mais robustos.

O Quadro 1 sintetiza os principais elementos comparativos entre os territórios, permitindo visualizar avanços e desafios de forma sistemática:

Quadro 1 – Comparativo sobre Implementação e gestão dos geoparques

Categoria	Geopark Araripe	Geoparque Caçapava	Projeto Geoparque Prudentópolis
Implementação e Gestão	Modelo consolidado com governança institucional, plano de gestão, envolvimento universitário e comunitário.	Território em estruturação, com articulação multissetorial crescente. Governança em construção.	Proposta embrionária. Necessidade de plano de gestão e articulação institucional.
Percepções dos *Stakeholders*	Alta identificação simbólica e orgulho territorial. Participação ativa e protagonismo das comunidades locais.	Sentimento de pertencimento emergente. Expectativas de desenvolvimento social e econômico.	Expectativas positivas, mas participação limitada nos processos decisórios e ausência de escuta ativa.
Atividades Turísticas	Infraestrutura robusta, geossítios organizados, integração com roteiros culturais e educativos.	Potencial geoturístico ativado com geossítios e produtos identitários, mas com limitações estruturais.	Atrações turísticas consolidadas, mas desvinculadas do conceito de geoturismo e sem integração territorial.
Contribuições ao Desenvolvimento Sustentável	Integra todas as dimensões de Sachs com destaque para educação, cultura e governança.	Avanços em todas as dimensões, com destaque para cultura, economia e organização social.	Potencial latente em todas as dimensões, mas poucas ações articuladas a proposta de geoparque.
Conexões com os ODS	Vinculação aos ODS e práticas estruturadas com monitoramento e parcerias institucionais.	Aderência prática aos ODS com ações culturais, educativas e produtivas, embora com menor formalização.	Reconhecimento dos ODS, necessidade de planejamento vinculado à Agenda 2030.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

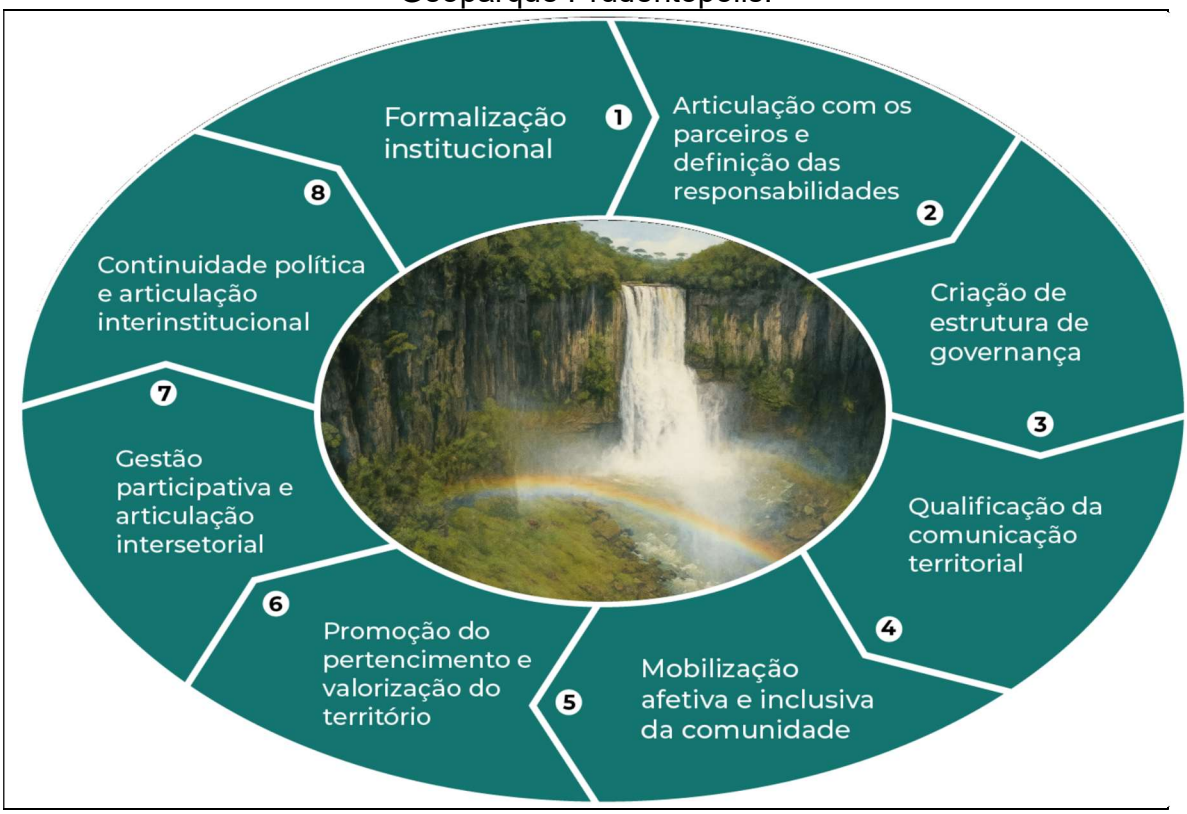
A comparação apresentada no Quadro 1 mostra que as trajetórias dos três territórios não seguem uma linha evolutiva única, mas refletem diferentes estratégias de institucionalização e territorialização do conceito de geoparque, moldadas por contextos históricos, sociopolíticos e culturais. As experiências de Araripe e Caçapava oferecem referências valiosas para Prudentópolis, sobretudo quanto à formalização institucional, criação de governança multissetorial, integração ciência, comunidade e alinhamento à Agenda 2030.

Enfim, o Geopark Araripe consolidou um modelo institucional robusto, com governança estável e forte articulação com os ODS. O Geoparque Caçapava, mesmo recente, destaca-se pela identidade territorial e mobilização comunitária, apesar de limitações estruturais. E Prudentópolis combina patrimônio natural e cultural expressivo e base acadêmica sólida, mas ainda carece de planejamento integrado, governança consolidada e mecanismos participativos efetivos.

Com base nesse panorama, delineia-se um caminho estratégico para a consolidação do Projeto de Geoparque Prudentópolis, ancorado em três frentes principais: (1) Formalização institucional e planejamento, com elaboração de plano de gestão, base legal e definição de responsabilidades entre os atores; (2) Governança participativa e intersetorial, por meio da criação de conselhos gestores multissetoriais e fortalecimento de parcerias entre universidades, poder público, setor privado e comunidades locais; (3) Mobilização territorial e comunicação, valorizando identidades culturais e ambientais, ampliando estratégias de geocomunicação e promovendo pertencimento e engajamento social.

Essas diretrizes estão sintetizadas na Figura 1, que apresenta um roteiro de ação articulado à Agenda 2030, está organizada em oito eixos fundamentais: formalização institucional; articulação de parceiros; criação de estrutura de governança; qualificação da comunicação territorial; mobilização comunitária; promoção do pertencimento; gestão participativa e transversalidade de políticas; e continuidade política e interinstitucional, os quais representam as ações a serem desenvolvidas no Projeto de Geoparque Prudentópolis.

Figura 1 – Recomendações estratégicas para a consolidação do Projeto de Geoparque Prudentópolis.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A experiência de Araripe e Caçapava demonstra que a consolidação de geoparques requer mais do que reconhecimento internacional: envolve a construção de redes territoriais sólidas, planejamento participativo e valorização do patrimônio como instrumento de desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, Prudentópolis tem diante de si um caminho possível e contextualizado, capaz de transformar potenciais ambientais, culturais e sociais em práticas concretas e sustentáveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos três territórios, Geopark Araripe, Geoparque Caçapava e Projeto de Geoparque Prudentópolis, evidencia diferentes estágios de institucionalização, práticas de governança e articulação territorial, permitindo compreender de forma comparativa como os geoparques se configuram como plataformas de desenvolvimento sustentável. Cada território expressa, a seu modo, a integração entre patrimônio geológico, identidade cultural, práticas educativas e

estratégias de participação social, em consonância com as dimensões propostas por Sachs (2008) e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

O Geopark Araripe representa uma experiência consolidada, com estrutura institucional robusta, integração entre ciência, comunidades e poder público, e práticas estáveis em educação, turismo e conservação. O Geoparque Caçapava destaca-se pela forte mobilização comunitária, criatividade institucional e valorização cultural, mesmo diante de desafios estruturais. O Projeto de Geoparque Prudentópolis reúne patrimônio natural e cultural significativo e base acadêmica sólida, mas demanda avanços em planejamento territorial, governança participativa e integração intersetorial para consolidar-se.

A experiência comparada demonstra que os geoparques vão além de instrumentos de conservação, atuando como laboratórios vivos de desenvolvimento territorial sustentável, capazes de articular agendas globais e práticas locais. Para isso, a escuta qualificada dos *stakeholders* e a construção de modelos de governança colaborativa e multissetorial são fundamentais para garantir legitimidade, continuidade política e corresponsabilidade na gestão do território.

Com base nas análises realizadas, recomenda-se para o Projeto de Geoparque Prudentópolis: (1) a formalização institucional e elaboração de um plano de gestão com metas claras e indicadores; (2) a criação de estruturas de governança multissetorial que assegurem participação efetiva de comunidades, universidades, setor público e privado; (3) o fortalecimento da comunicação territorial e mobilização comunitária, valorizando identidades locais e práticas culturais; (4) a integração entre turismo, educação e conservação em políticas públicas coordenadas; e, (5) o alinhamento estratégico com a Agenda 2030 e os ODS, como referência orientadora para ações locais.

Apesar das contribuições apresentadas, esta pesquisa possui algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. O número de entrevistados, embora adequado à abordagem qualitativa e à estratégia de estudos de casos múltiplos, restringe a abrangência das percepções captadas diante da complexidade e diversidade de atores envolvidos. Além disso, o recorte

territorial, centrado em três experiências em diferentes estágios de maturidade (consolidada, em consolidação e inicial), limita a generalização dos achados para outros contextos de geoparques com características distintas.

Adicionalmente, a dependência das percepções dos *stakeholders*, ainda que fundamental para compreender dinâmicas de governança e participação, pode refletir visões parciais ou interesses específicos, configurando possíveis vieses de interpretação e de seleção dos participantes. Dessa forma, os resultados devem ser analisados com cautela quanto à sua generalização, sendo mais apropriados para a compreensão aprofundada dos casos estudados. Como agenda futura, recomenda-se a ampliação do número de casos, a incorporação de abordagens quantitativas complementares e o desenvolvimento de estudos longitudinais que permitam acompanhar a evolução dos geoparques ao longo do tempo.

Do ponto de vista teórico e aplicado, este estudo contribui para as áreas de Organizações e Controladoria ao evidenciar como a governança territorial em geoparques se estrutura a partir da articulação entre múltiplos *stakeholders*, incluindo poder público, universidades, setor privado e comunidades locais. Ademais, destaca a importância da incorporação de práticas sistemáticas de monitoramento, avaliação e mensuração de resultados, com a definição de indicadores relacionados à governança, ao desempenho turístico, à valorização sociocultural e aos impactos ambientais, alinhados aos ODS, contribuindo para o desenvolvimento de sistemas de controle e apoio à gestão estratégica em contextos territoriais complexos.

Conclui-se que, para que Prudentópolis avance rumo à certificação como Geoparque UNESCO e se consolide como território educativo e sustentável, é essencial fortalecer arranjos institucionais, ampliar a mobilização social e consolidar a articulação entre os diferentes atores. As experiências de Araripe e Caçapava evidenciam que o êxito dos geoparques depende menos da chancela formal e mais da capacidade de estruturar redes territoriais sólidas, promover governança participativa e valorizar o patrimônio geológico e cultural como ativo estratégico para o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf. Acesso em: 5 out. 2024.

BRILHA, J. Geoconservation and protected areas. In: REYNARD, E.; BRILHA, J. (org.). **Geoheritage: assessment, protection, and management**. Amsterdam: Elsevier, 2018. p. 377-394. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/231982466_Geoconservation_and_protected_areas. Acesso em: 15 jul. 2023.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/22847. Acesso em: 16 ago. 2023.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA, 1999. Disponível em: https://repositorio.iica.int/bitstreams/ab844a51-3e5d-4dc5-837c-132f9a9db8ca/download. Acesso em: 16 ago. 2023.

FRANÇA, C. L.; VAZ, J. C.; SILVA, I. P. (org.). **Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local**. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.

FREEMAN, R. E. **Strategic management**: a stakeholder approach. Massachusetts: Pitman, 1984.

FREEMAN, R. E.; ELMS, H. The social responsibility of business is to create value for stakeholders. In: DMYTRIYEV, S. D.; FREEMAN, R. E. (eds.). **R. Edward Freeman's selected works on stakeholder theory and business ethics**. Issues in Business Ethics, v. 53. Cham: Springer, 2023. DOI: 10.1007/978-3-031-04564-6_56.

GEOPARK ARARIPE. **UNESCO Global Geopark**. 2025. Disponível em: http://geoparkararipe.urca.br/. Acesso em: 5 mar. 2025.

GEOPARQUE CAÇAPAVA. **Geoparque Mundial da UNESCO**. 2025. Disponível em: https://geoparquecacapava.com.br/. Acesso em: 10 mai. 2025.

HENRIQUES, M. H.; BRILHA, J. UNESCO Global Geoparks: a strategy towards global understanding and sustainability. **Episodes**, v. 40, n. 4, p. 349-355, 2017. DOI: 10.18814/epiiugs/2017/v40i4/017036. Disponível em: https://hdl.handle.net/1822/48010. Acesso em: 20 ago. 2024.

MENON, G. Geoparques e desenvolvimento sustentável: uma análise pautada na Teoria dos *Stakeholders*. 2025. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Comunitário) – Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Irati, 2025.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: UEPG, 2014. Disponível em: https://books.scielo.org/id/v4ddr/pdf/moreira-9788577982134.pdf. Acesso em: 8 ago. 2024.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 12 jan. 2024.

ROSADO-GONZÁLEZ, M. C. et al. Geoparks and geotourism as platforms for territorial development. **Sustainability**, v. 15, n. 6, e5489, 2023. DOI: 10.3390/su15065489.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 3. ed. Rio de Janeiro: **Garamond,** 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, A. C. Educação e desenvolvimento territorial sustentável: interfaces com os geoparques. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 2, p. 345-362, 2021.

SOARES, F. P. Geoturismo: ferramenta para valorização e conservação do patrimônio geológico. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 38, p. 152-170, 2019.

UNESCO. **UNESCO Global Geoparks**: promoting sustainable development goals locally. 2024. Disponível em: https://en.unesco.org/global-geoparks. Acesso em: 16 jul. 2024.

VIEIRA, A.; FIGUEIRÓ, A.; CUNHA, L.; STEINKE, V. **Geopatrimónio-geoconhecimento, geoconservação e geoturismo: experiências em Portugal e na América Latina**. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/45134710/GEOPATRIM%C3%93NIO_GEOCONHECIMENTO_GEOCONSERVA%C3%87%C3%83O_E_GEOTURISMO_EXPERI%C3%8ANCIAS_EM_PORTUGAL_E_NA_AM%C3%89RICA_LATINA. Acesso em 19 ago. 2023.